

# **Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo de caso sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico**

**Ciro Gustavo Bragança** (UFMG) - gustavobraganca@hotmail.com

**Pedro Henrique Melillo** (UFMG) - phmelillo@gmail.com

## **Resumo:**

*O presente artigo tem como objetivo explicar os motivos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos, além de evidenciar diversos fatores relacionados a escolhas contábeis e gerenciamento de resultados para essas instituições. O referencial teórico é pautado nos principais artigos nacionais e internacionais da área, discorrendo, inicialmente, sobre os conflitos de agência e as escolhas contábeis que são intrínsecas a estes e, posteriormente, sobre o sistema de saúde, hospitais filantrópicos e subvenções governamentais. Trata-se de um estudo de caso sobre um hospital filantrópico, de cunho quali-quantitativo, com triangulação dos dados na utilização da opinião dos autores e aplicação de entrevistas e questionários a gestores e analistas de crédito do mercado, além de análise estatística da evolução dos indicadores entre 2012 e 2015 do próprio hospital, com aplicação do teste de médias. Os dados foram coletados mediante entrevistas e questionários, com auxílio do Google Docs, e ainda houve visitas pessoais dos pesquisadores à entidade. Os gestores demonstraram preocupação com a qualidade da informação contábil gerada, em termos de relevância e fidedignidade, e foi possível visualizar que a contabilização de subvenções governamentais mediante regime de competência, de forma geral, implica em indicadores patrimoniais distintos daqueles gerados com a contabilização por regime de caixa. É importante ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua relevância no processo de tomada de decisão.*

**Palavras-chave:** *Escolhas contábeis; Hospital filantrópico; Regime de caixa; Regime de Competência; Subvenções governamentais.*

**Área temática:** *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

## **Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo de caso sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico**

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo explicar os motivos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos, além de evidenciar diversos fatores relacionados a escolhas contábeis e gerenciamento de resultados para essas instituições. O referencial teórico é pautado nos principais artigos nacionais e internacionais da área, discorrendo, inicialmente, sobre os conflitos de agência e as escolhas contábeis que são intrínsecas a estes e, posteriormente, sobre o sistema de saúde, hospitais filantrópicos e subvenções governamentais. Trata-se de um estudo de caso sobre um hospital filantrópico, de cunho quali-quantitativo, com triangulação dos dados na utilização da opinião dos autores e aplicação de entrevistas e questionários a gestores e analistas de crédito do mercado, além de análise estatística da evolução dos indicadores entre 2012 e 2015 do próprio hospital, com aplicação do teste de médias. Os dados foram coletados mediante entrevistas e questionários, com auxílio do Google Docs, e ainda houve visitas pessoais dos pesquisadores à entidade. Os gestores demonstraram preocupação com a qualidade da informação contábil gerada, em termos de relevância e fidedignidade, e foi possível visualizar que a contabilização de subvenções governamentais mediante regime de competência, de forma geral, implica em indicadores patrimoniais distintos daqueles gerados com a contabilização por regime de caixa. É importante ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua relevância no processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Escolhas contábeis; Hospital filantrópico; Regime de caixa; Regime de Competência; Subvenções governamentais.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

### **1. Introdução**

Mesmo em um ambiente normatizado como a área contábil, existem alternativas múltiplas de escolhas de registro. Em empresas semelhantes, ora se opta por um método de avaliação de ativo, ora por outro por exemplo. Nesse ambiente estão os hospitais filantrópicos, que, de acordo com Souza *et al.* (2015), são organizações complexas com forte apelo social. Conforme a Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), a atividade de saúde é uma das mais importantes no Brasil e no mundo. Para La Forgia e Couttolenc (2009), os hospitais são o centro do sistema de saúde brasileiro e respondem por dois terços dos gastos do setor.

Segundo a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) os hospitais têm situação financeira degradada, e estima que, cerca de 1.700 dos 2.100 hospitais operam hoje com déficit. Com o alto endividamento apresentado por essas entidades, sobretudo o bancário, têm-se como usuários das informações contábeis as instituições bancárias que por sua vez, utilizam-se das demonstrações contábeis para a concessão de empréstimo aos hospitais.

Dada a relevância da informação contábil dos hospitais filantrópicos para os bancos e, a discricionariedade das escolhas contábeis, os hospitais poderiam gerenciar seus resultados por

meio do critério de reconhecimento contábil de recursos oriundos do governo. Surge assim o questionamento que norteou o trabalho realizado: face à discricionariedade das escolhas contábeis, quais são os motivos para o reconhecimento das subvenções governamentais mediante utilização do regime de competência em detrimento do regime de caixa? Tem-se como objetivo geral analisar os reflexos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos. Além da presente introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções, da seguinte forma: (2) Referencial Teórico; (3) Metodologia; (4) Análise e Discussão dos Dados; e (5) Considerações Finais.

## 2. Referencial Teórico

O papel central da contabilidade é a divulgação de informações, destacando-se o *Value Relevance*. Um valor contábil é relevante se ele é capaz de fazer a diferença para as decisões dos usuários das demonstrações financeiras e é confiável se representa o que pretende representar (VERRECCHIA, 2001; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; HOLTHAUSEN; WATTS, 2001). Fields, Lys e Vincent (2001) destacam a escolha contábil, que é qualquer decisão com o intuito de influenciar o resultado contábil. As escolhas contábeis podem existir provenientes de critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação (SILVA; MARTINS; LEMES, 2014). A escolha de métodos e de técnicas contábeis tem relação com dois tipos de fatores: o tamanho da firma e sua alavancagem financeira (HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983). Holthausen e Leftwich (1983), por meio da perspectiva de quatro fatores, buscaram explicações para as relações dos fluxos de caixa e os números contábeis divulgados de uma firma, sendo: a) planos de remuneração da diretoria; b) regulação governamental; c) contratos de empréstimos e financiamentos; e d) visibilidade política. No que tange à divulgação das informações, enquanto algumas empresas preferem disponibilizar informações específicas, outras divulgam informações totalmente diferentes e mais amplas (HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983; CONSENZA; GRATERON, 2003; MURCIA; WUERGES, 2011). Noutro ponto, Dye (2001) comenta que a empresa divulgará informações se os custos dessa divulgação forem menores do que os benefícios. Para o autor, é necessário interpretar os incentivos da entidade sobre fazer uma divulgação, ressaltando ainda que é importante interpretar a ausência de divulgação de informações ou omissões.

O sistema de saúde brasileiro é tido pelos consumidores em geral como precário em relação aos sistemas de outros países (CAPELLINI, 2013). Por outro lado, La Forgia e Couttolenc (2009) justificam isso pelo fato de que o Brasil, por meio do SUS, oferece uma vasta gama de serviços gratuitamente à população. Nesse contexto estão os hospitais, que são organizações complexas, sobretudo os filantrópicos, que possuem forte apelo social por terem o foco de atendimento às camadas mais carentes da população. Porter e Teisberg (2007) destacam que nos EUA, como em qualquer país, o governo tem uma grande influência no sistema de saúde. No Brasil, com o advento da Lei nº 12.101, que, dentre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social (BRASIL, 2009), observa-se tal influência do governo na gestão de hospitais filantrópicos. Para serem denominados como filantrópicos, os hospitais precisam atingir no mínimo 60% de atendimentos a usuários do SUS, de acordo com a lei.

Capellini (2013) destaca que no Brasil existem dois sistemas de saúde principais: o primeiro custeado pelo setor privado, constituído principalmente por seguradoras de saúde e planos de saúde (estas reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar); o segundo é o SUS, cuja principal fonte de financiamento advém do poder público. Dada a ação regulatória do

Governo, bem como a realização de repasses de recursos aos hospitais filantrópicos, existem as Subvenções Governamentais, definidas no Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como: [...] uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade (CPC, 2010, p.2).

Ainda de acordo com o CPC 07, a Subvenção Governamental é também designada como subsídio, incentivo fiscal, doação, prêmio, etc. (CPC, 2010). Por outro lado, a referida norma destaca que o recebimento da assistência governamental por uma entidade pode ser significativo para a elaboração das demonstrações contábeis em razão da necessidade de identificar o método apropriado para sua contabilização, bem como para indicar a extensão pela qual a entidade se beneficiou de tal assistência durante o período coberto pelas demonstrações. Isso permite a comparação das demonstrações contábeis entre períodos e entre entidades diferentes. As Subvenções Governamentais constituem uma fonte de financiamento do governo para os hospitais filantrópicos. O governo, por sua vez, exerce influência regulatória sobre essas entidades por meio de associação dos repasses das verbas a metas operacionais dos hospitais. Os hospitais possuem alternativamente a escolha do reconhecimento das subvenções pelo regime de caixa ou pelo regime de competência. Essa escolha poderá ensejar o gerenciamento de resultados que culminará em manipulação das informações contábeis ora utilizadas por diferentes usuários, dentre eles os bancos, que analisam os dados para fins de concessão ou não de empréstimos.

A adoção do regime de competência pode trazer uma maior motivação ao gestor, pelos seguintes aspectos: (a) reconhecimento tempestivo do crédito que resulta em maior controle das contas a receber e, ainda, o registro de forma oficial; (b) melhoria dos indicadores econômico-financeiros com ênfase na liquidez; (c) resultados mais constantes ou sem grandes variações; (d) o registro associa as subvenções com a produção hospitalar e, por isso, representa melhor o resultado, haja vista que as metas de produção normalmente geram as verbas do governo.

### **3. Metodologia**

Trata-se de um estudo de caso referente a uma entidade filantrópica de cunho privado, sem fins lucrativos. O hospital analisado é uma entidade de grande porte e possui mais de mil leitos destinados ao SUS. O estudo de caso é, para Yin (2001), uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Martins e Theóphilo (2009) ressaltam que a estratégia de pesquisa denominada estudo de caso “é uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real”. Michel (2009) destaca que se caracteriza por exigir estudo aprofundado, qualitativo e/ou quantitativo, no qual se procura reunir o maior número de informações sobre o objeto de interesse. O presente artigo classifica-se, em relação aos objetivos, como descritivo, e quanto à abordagem do problema, trata-se de um estudo quali-quantitativo (LAKATOS; MARCONI, 2007; MARTINS; THEÓFILO, 2009). Utilizou-se de dados secundários e foi feita a triangulação de informações para se configurar um estudo de caso (Yin, 2001). Por meio da aplicação de entrevistas e questionários, primeiramente, foi utilizada a opinião dos colaboradores do hospital como uma das fontes de informação. Na sequência, obtiveram-se respostas de analistas de crédito do setor bancário quanto às subvenções fornecidas para hospitais e também de gestores do hospital sobre os incentivos fornecidos pelo Governo. Obteve-se para análise os indicadores de liquidez, rentabilidade, endividamento e lucratividade do ano de 2012 até o ano de 2015.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com seis profissionais ligados direta e indiretamente com o processo de concessão de empréstimos ao hospital filantrópico estudado. Os entrevistados são categorizados da seguinte forma: a) três funcionários vinculados diretamente à entidade estudada que atuam como Gerente de Planejamento e Controladoria, Gerente Financeiro e Contador. Estes possuem formação nas áreas de Administração e Ciências Contábeis, experiência nas funções que exercem e atuam na instituição entre seis e dez anos; b) dois analistas de crédito de uma instituição bancária ligada à entidade. Estes possuem entre 16 e 27 anos de experiência em análise de crédito e risco, com formação em Ciências Contábeis e Estatística, com pós-graduação em Finanças; c) um auditor independente contratado pela entidade que é gerente de auditoria atuante há mais de quatro décadas no ramo e, com diversas entidades filantrópicas como clientes. Devido ao sigilo das informações, não são divulgadas as identidades dos respondentes. Adicionalmente, foram aplicados questionários com questões fechadas a fim de captar a ciência dos respondentes quanto à alteração no modelo de reconhecimento das subvenções governamentais e quanto à publicação das Demonstrações Financeiras da entidade. Do total de quatro questionários aplicados, obteve-se resposta de 100%, cujos respondentes foram os três funcionários do hospital e o auditor independente.

Fez-se a confrontação entre as respostas obtidas por meio de entrevistas e questionários, pautando-se na opinião dos principais autores nacionais e internacionais sobre escolhas contábeis e gerenciamento de resultados. Foram realizados testes de médias separadamente para confrontar a situação patrimonial do hospital antes e depois da migração para o regime de competência na contabilização das subvenções governamentais. Para interpretação dos resultados colhidos na aplicação dos testes foi considerado um nível de significância igual a 5%. A hipótese nula para ambos os testes foi:  $H_0$ : Os indicadores não são estatisticamente diferentes no período testado.

#### **4. Análise e Discussão dos Resultados**

O hospital estudado recebe subvenções governamentais, sendo esta uma fonte relevante de arrecadação para a entidade. A subvenção governamental gera também uma obrigação para o hospital, em que a verba recebida normalmente é associada a metas operacionais, tais como: número de cirurgias, consultas, exames, abertura de leitos SUS, etc. Até o ano de 2013, o hospital estudado contabilizava as subvenções mediante regime de caixa e somente reconhecia como receita quando o dinheiro efetivamente era recebido. Entretanto, conforme Nota Explicativa divulgada pelo hospital, foi revista a forma de registro dessas subvenções a partir de 2014, registrando-as pelo regime de competência. Na maioria dos casos, o hospital cumpre as obrigações referentes à subvenção governamental antes mesmo de recebê-la.

Quando perguntado aos entrevistados funcionários do hospital sobre quais informações são requeridas para contratação de empréstimos, todos citaram os Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas) devidamente assinados pelo contador. Entretanto, informações complementares são também solicitadas, como certidões de regularidade, relação de faturamento dos últimos doze meses assinada pelo contador, documentos constitutivos (estatuto, CNPJ e atas), contratos de convênio com o governo e relatório de endividamento. Chamam atenção dois informativos associados à informação contábil: “relação de faturamento dos últimos doze meses” e “relatório de endividamento”. Em relação aos analistas das instituições bancárias, ambos destacaram a solicitação dos Demonstrativos Contábeis dos últimos três exercícios com defasagem de seis meses no máximo. Em relação ao processo de contratação e concessão de empréstimos, os

funcionários do hospital entrevistados citaram a necessidade de aprovação junto ao órgão deliberativo superior da entidade, conforme pode ser visualizado nas transcrições a seguir:

Nota-se que para dar suporte à decisão do Conselho, são analisadas as informações contábeis como fluxo de caixa e faturamento anual. Do lado da instituição bancária, os Entrevistados 4 e 5 comentam o seguinte:

A decisão é proferida em Comitê de Crédito, alçada superior, dadas as características destas entidades. Posteriormente, o trâmite da proposta é realizado em área específica, que verifica a documentação e a formalização da operação frente às condições estabelecidas na aprovação pela alçada decisória. (Entrevistados 4 e 5).

Conforme a fala dos entrevistados, observa-se que há uma preocupação em relação às características dessas entidades. Nota-se aqui um cuidado especial, possivelmente pelo risco elevado inerente às operações com entidades filantrópicas. Sobre a utilização das informações para fins de tomada de decisão, dois dos entrevistados destacaram que as utilizam também para fins gerenciais, conforme a seguir:

De acordo com as demonstrações, mensura-se se a empresa precisa ou não de algum tipo de recursos de terceiros, se há capacidade de pagamento de dívidas, se há necessidade de fechamento de serviços deficitários. Ambas. Por exemplo, analisando o endividamento e a DFC [demonstração dos fluxos de caixa], a empresa tem informações suficientes para saber se há necessidade de utilização de capital de terceiros, bem como se há capacidade de pagamento deste financiamento. Outro exemplo, ao analisar o déficit de um determinado período e ao aprofundar a análise gerencial, percebe-se que determinado serviço que a entidade fornece gera um desfalque no caixa, sendo assim, a entidade decide por deixar de fazer o serviço ou fechar uma unidade de negócio geradora de prejuízo, tendo como base as informações contábeis gerenciais. (Entrevistado 1, grifo nosso).

[...] as informações são utilizadas para análise de investimento em novos negócios ou manutenção de negócios atuais. As informações são utilizadas interna e externamente. Geralmente, a instituição faz uso das informações gerenciais geradas pela contabilidade para avaliar a rentabilidade de serviços. Recentemente, as informações foram utilizadas para contratação de empréstimo junto ao [instituição bancária], que solicitou análise do ambiente externo e, sobretudo, as projeções econômicas e financeiras. Atualmente, estamos em negociação junto à prefeitura para ampliação de recursos de custeio, e a negociação possui como base as informações geradas na contabilidade. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Essa relevância das informações contábeis é destacada por Lopes e Martins (2012), que comentam que não há razão para que a contabilidade gerencial não passe pelas etapas do processo contábil. Os autores ressaltam a finalidade gerencial devido ao aspecto informacional da contabilidade, mas que, nesse âmbito da contabilidade, não se trata mais de divulgação para o público, mas de comunicação dentro dos vários níveis hierárquicos da empresa. Nesse sentido, tanto os usuários internos quanto os externos se beneficiam das informações prestadas pela contabilidade com vistas à tomada de decisão. De acordo com o CPC 00 (R1), objetivo do relatório contábil-financeiro é:

[...] fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou

manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito (CPC, 2011, p.7).

Dada essa utilidade das informações contábeis, destacam-se a fidedignidade e a relevância dessas informações para os usuários. Para tanto, tem-se que um valor contábil é relevante se ele é capaz de fazer a diferença para as decisões dos usuários das demonstrações financeiras, e que um valor contábil é confiável se de fato representa o que pretende representar (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001). A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC, 2011). Para os entrevistados do banco em questão, as informações úteis não são apenas as de cunho contábil. Veja-se:

A decisão tomada, inicialmente, refere-se à atribuição da classificação de risco da entidade (*rating*) e, posteriormente, à concessão ou não do crédito pleiteado. Mas existem outras informações utilizadas, além dos demonstrativos contábeis, como aquelas que dizem respeito a aspectos cadastrais (caracterização da entidade, objetivo social, experiência e capacidade dos gestores, conceito junto ao mercado e existência ou não de restritivos), histórico de relacionamento junto ao banco e evolução de números de endividamento financeiro *versus* receitas mensais (posições adicionais, mais atualizadas que as dos demonstrativos, com defasagem máxima de 3 meses). (Entrevistados 4 e 5, grifo nosso).

Quando perguntado sobre exigência de cumprimento de prazos para disponibilização das informações contábeis, obtiveram-se as seguintes respostas por parte do entrevistado auditor e do funcionário da entidade:

A Superintendência determina que as informações estejam disponibilizadas até o nono dia útil do mês subsequente. As informações estão sempre disponíveis para os membros do conselho e superintendentes e são utilizadas sempre que necessário para fornecer informações aos bancos. (Entrevistado 3).

[...] prazos internos (estatutários) e externos. (Entrevistado 6).

Dada a preocupação da entidade com a disponibilidade tempestiva das informações, nota-se aqui que é dada relevância para as informações, conforme exposto pelo Entrevistado 6. Do lado do banco, obteve-se a seguinte resposta:

É de importância significativa a disponibilização dos demonstrativos contábeis para classificação de risco da entidade, bem como para análise de eventual proposta de operação de crédito. (Entrevistados 4 e 5).

Percebe-se que, para o banco, a informação contábil faz parte do processo de análise, devido ao comentário do analista de que as informações prestadas serão utilizadas para fins de classificação de risco. De acordo com o CPC 00 (R1), se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar (CPC, 2011). Quando perguntados sobre a fidedignidade das informações contábeis da entidade, os entrevistados comentaram o seguinte:

[...] nós sabemos que as demonstrações financeiras são importantíssimas tanto para prestação de contas à sociedade, quanto ferramenta que subsidia a tomada de decisão da alta direção. Para garantir a excelência das informações prestadas, as demonstrações

contábeis passam por análise da auditoria externa para emissão de parecer quanto ao uso e aplicação das normas contábeis adotadas no Brasil. (Entrevistado 1).

[...] a utilização de informações não confiáveis pode trazer sérios riscos para empresa, uma vez que boa parte de suas decisões são baseadas em informações consolidadas pela contabilidade. Somos uma instituição privada sem fins lucrativos, entretanto, lidamos com recursos públicos, o que amplia ainda mais a responsabilidade sobre as informações disponibilizadas para sociedade. (Entrevistado 2).

Óbvio que sim, toda história e toda atividade ocorrida na entidade estão transformadas em registros contábeis, e não termos informações fidedignas significaria uma retrato distorcido do passado e da realidade da instituição. (Entrevistado 3).  
É essencial que os demonstrativos contábeis sejam auditados, de maneira a torná-las mais confiáveis, propiciando maior segurança na avaliação dos indicadores extraídos destas informações. (Entrevistados 4 e 5).

Nas entidades que acompanho, há o zelo pelas informações divulgadas. (Entrevistado 6).

Nota-se que um dos entrevistados comenta que internamente são feitas análises das informações geradas, a fim de mitigar os erros e para melhorar a informação. De acordo com o trecho anterior, proferido pelo Entrevistado 1, a auditoria é utilizada como garantia de fidedignidade das informações, assim como os Entrevistados 4 e 5 afirmam que os demonstrativos contábeis auditados são essenciais. Corrobora essa afirmativa o exposto pelo Entrevistado 6. Quando perguntados sobre os motivos para a entidade contratar auditoria para as Demonstrações Contábeis, os entrevistados mencionaram que se trata de busca de credibilidade das informações reportadas, bem como cumprimento legal, e um deles cita a Lei nº 12.101/2009 como dispositivo legal que exige a realização de auditoria independente. De forma unânime, os entrevistados mencionam que as informações contábeis são relevantes para a tomada de decisão e destacam que os usuários dessas informações são os bancos, os gestores (internos), o Governo (por meio do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde), a sociedade (nesse caso, não houve explicação de como a sociedade analisa e utiliza as informações e para que as utiliza especificamente), a alta direção (provedor, superintendentes e conselheiros). Quando perguntados sobre a percepção da importância das informações contábeis da entidade, os entrevistados disseram o seguinte:

[...] sei da importância das informações, sendo excelentes fontes auxiliares na tomada de decisão. Uma empresa que visa o melhoramento dos processos e dos seus resultados tem que possuir informações contábeis atualizadas e fidedignas. (Entrevistado 1).

As informações contábeis possuem grande relevância para gestão, pois são a base para a tomada de decisão, por isso o envolvimento e a crítica permanente beneficia todos os gestores. (Entrevistado 2).

São vitais, pois são o “termômetro” que mede a saúde da empresa, propiciando diagnósticos a tempo de medidas preventivas serem tomadas caso sejam necessárias. (Entrevistado 3).

Avaliar principalmente o nível de comprometimento com recursos onerosos e de capitalização própria; capacidade de liquidação dos passivos (situação financeira e patrimonial); evolução das receitas e do superávit ou déficit no último período e ao longo dos exercícios; geração de caixa da atividade, de investimentos e de financiamentos. (Entrevistados 4 e 5).

[...] caso recebam as informações contábeis tempestivamente (Alta Administração), poderão utilizar-se delas para gerir a entidade, sendo este um diferencial. (Entrevistado 6).

Todos os respondentes demonstraram ciência em relação à publicação das Demonstrações Financeiras, exigência legal e meio de publicação (jornal de grande circulação ou relatório anual ou de gestão). Em relação ao prazo para publicação, as respostas divergiram nas datas. Setenta e cinco por cento responderam ter ciência da alteração da contabilização das subvenções do regime de caixa para o regime de competência, mas divergem entre si quanto à data da mudança. As respostas provenientes das entrevistas e dos questionários obtidos com os gestores da instituição corroboram o objeto de pesquisa, pois todos eles demonstraram a percepção de que a mudança na forma de registro das subvenções poderia resultar em benefícios para a entidade.

A Tabela 1 demonstra a evolução dos principais indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento utilizados no estudo.

Tabela 1: Evolução dos indicadores

Anos	2012	2013	2014	2015
Liquidez Corrente	0.1574	0.1387	0.3709	0.4192
Liquidez Imediata	0.0093	0.0047	0.0130	0.0131
Endividamento Geral	0.9317	0.9998	1.2141	1.1545
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	6.0301	13.9678	-3.8851	-5.4671
Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROI)	-0.0798	-0.0637	-0.1882	-0.1547
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	-0.5389	-0.9962	-87.8958	-100.1481
Margem Bruta	0.0716	0.0452	0.0499	0.4888
Margem Líquida	-0.1439	-0.1156	-0.1828	-1.3625

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos indicadores de liquidez, nota-se uma substancial melhora, e a quebra ocorre justamente no momento de mudança na contabilização, do regime de caixa para o regime de competência. Em 2012 e 2013, o indicador de liquidez corrente, por exemplo, evidencia 0,15 e 0,13, respectivamente, enquanto que, em 2014 e 2015, os números passam a 0,37 e 0,41. Apesar de ainda apresentar uma péssima capacidade de pagamento no curto prazo, os números melhoram significativamente no período analisado. A análise dos indicadores de endividamento e rentabilidade demonstram a preocupante situação que vive a empresa, que atualmente apresenta situação patrimonial negativa (passivo a descoberto). As obrigações exigíveis são hoje maiores que o valor dos ativos. Ainda assim, nota-se uma quebra justamente na mudança do regime de caixa para o regime de competência. A imobilização do patrimônio líquido passa a ser negativa com a diferente contabilização, justamente pelo fato de o patrimônio líquido passar a ser negativo. Já a rentabilidade sobre o patrimônio líquido apresenta quebra ocorrida na mudança de contabilização. Somente os indicadores de lucratividade não sofreram grandes alterações no período analisado. As Tabela 2 e 3 mostram os testes de diferenças de médias.

Tabela 2: Teste de diferença de média

Regime	Caixa			Competência	
	2012	2013		2014	2015
Anos					
Média	-1.4E+07	-1.7E+07	Média	-8342050	-5070213
Variância	3.83E+15	5.9E+15	Variância	1.19E+15	7.4E+14
Observações	20	20	Observações	20	20
Correlação de Pearson	0.998658		Correlação de Pearson	0.974418	

gl	19	gl	19
Stat t	0.737149	Stat t	-1.44791
P(T<=t) uni-caudal	0.235019	P(T<=t) uni-caudal	0.081971
t crítico uni-caudal	1.729133	t crítico uni-caudal	1.729133
P(T<=t) bi-caudal	0.470038	P(T<=t) bi-caudal	0.163943
t crítico bi-caudal	2.093024	t crítico bi-caudal	2.093024

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3: Teste de diferença de média entre os regimes de caixa e de competência

Teste-t: duas amostras em par para médias		
Anos	2012/2013	2014/2015
<i>Regime</i>	<i>Caixa</i>	<i>Competência</i>
Média	-15591035.26	-6706131.672
Variância	4.80531E+15	9.41379E+14
Observações	20	20
Correlação de Pearson	0.999643171	
Hipótese da diferença de média	0	
gl	19	
Stat t	2.7844E+12	
P(T<=t) uni-caudal	0.158465731	
t crítico uni-caudal	1.729132812	
P(T<=t) bi-caudal	0.016931462	
t crítico bi-caudal	2.09302E+14	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados encontrados sugerem a rejeição da hipótese nula, pois a estatística de teste encontrada (Stat t = 2.7) é maior que o “t” crítico (2,09). Além disso, o valor “p” encontrado é menor que 0,05, apoiando a rejeição da hipótese nula, de que o valor dos indicadores não tem diferença estatística quando estes são contabilizados utilizando os regimes de caixa e de competência. Portanto, corroborando a ideia inicial, escolhas contábeis impactam os elementos patrimoniais das empresas, assim, podemos afirmar que existe diferença estatística entre os indicadores que foram contabilizados em 2012/2013, por regime de caixa, e os indicadores do período de 2014/2015, por regime de competência.

## 5. Considerações Finais

Neste trabalho, buscou-se analisar os reflexos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos. Os resultados permitem as seguintes conclusões: os gestores do hospital se utilizam das informações contábeis na tomada de decisão gerencial para a ampliação de leitos e serviços, a paralização de procedimentos menos rentáveis, investimentos em equipamentos hospitalares e não hospitalares e negociações de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, as informações contábeis são úteis para a negociação de contratação de empréstimos junto a bancos, que são grandes fontes de financiamento do hospital estudado. As informações contábeis são relevantes na tomada de decisão tanto para o hospital estudado quanto para os bancos. O Governo também se utiliza das informações contábeis da entidade, por exemplo, o Ministério da Saúde e o Ministério da Fazenda. As escolhas contábeis discutidas especificamente quanto à alteração da forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são motivadas pelos seguintes incentivos: regulação governamental; contratos de empréstimos e financiamentos; e visibilidade política.

Para pesquisas futuras, sugere-se maior número de entrevistados e discussões acerca de outros tipos de escolhas contábeis, como o método de contabilização do faturamento hospitalar.

### **Referências**

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting & Economics**, v. 31, p. 1-3, 2001.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 3-37, 1997.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 07 (R1):** subvenção e assistência governamentais. Brasília: CFC, 2010.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p.181-235, 2001.

FIELDS, T. D.; LYZ, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n.1-3, p.255-307, 2001.

HOUTHAUSEN, R. W. Accounting method choice: oportunist behavior, efficient contracting and information perspectives. **Journal of Accounting & Economics**, v.12, n. 1-3, 1990.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting and monitoring. **Journal of Accounting & Economics**, Amsterdam, Switzerland, Amsterdam, v. 5, n. 1, p.77-117, 1983.

HOLTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting & Economics**, v. 31, n. 1-3, 2001.  
LA FORGIA, G. M.; COUTTOLENC, B. F. **Desempenho hospitalar no Brasil: em busca de excelência.** São Paulo: Singular, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMBERT, R. A. Contracting theory and accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 3-87, 2001.

MAGEE, R. P. Discussion of “Contracting theory and accounting”. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 89-96, dez. 2001.

MARQUES, K. C. M.; ABBAS, K.; TONIN, J. M. F.; LEONCINE, M. Relação entre estrutura de custos e despesas com o desempenho: estudo em hospitais brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Natal. **Anais..**, Natal: CBC, 2014.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MURCIA, F. D.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2011.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CBC, 2014.

SOUZA, A.; AVELAR, E.; SILVA, E.; TORMIN, B.; GERVÁSIO, L. Uma análise financeira dos hospitais brasileiros entre os anos de 2006 a 2011. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, 2015.

VERRECCHIA, R. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de casos – planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.